

## Considerações sobre os novos Programas

---

*Maria Isabel Matos Godinho* – Faculdade de Letras de Coimbra  
*Lucília Dora Andrade de Gouveia* – Esc. Secundária José Falcão

Na sequência da reunião realizada no dia 17 de Julho, na qual participámos a convite da APG, apresentamos algumas notas que reflectem a nossa preocupação relativamente ao lançamento dos novos programas e à formação dos professores que os irão leccionar.

Por questão de sistematização a síntese que a seguir se apresenta aparece dividida em duas partes:

1. Notas relativas à análise geral dos programas;
2. Notas relativas ao lançamento dos novos programas e à formação dos professores.

1. A preocupação dos professores presentes relativamente aos programas de História e Geografia do 2º ciclo (5º e 6º anos) justifica-se pela sua deficiente estruturação. Com efeito, por força das circunstâncias, a componente geográfica foi introduzida num programa de História previamente elaborado, daí resultando a má integração dessa componente geográfica e falta de clareza e simplicidade no fio condutor. A extensão dos programas, a formação dos professores que os irão leccionar (maioritariamente de História) são aspectos que, ligados ao anterior, não deixarão de se reflectir na imagem com que os alunos irão ficar do quadro geográfico de Portugal.

A esse respeito parece-nos importante a intervenção de um dos presentes na reunião que chamou a atenção para o facto da estrutura do pensamento da criança nestas idades ser muito virada para o concreto e, daí, dever ser a História a "submeter-se", se assim se pode dizer, à Geografia e não o contrário. Por outro lado, tendo em conta o nível etário dos alunos, as metodologias propostas e o número de horas semanais atribuídas à disciplina, o programa parece-nos ambicioso pelo que se corre o risco de não haver condições para a sua exequibilidade com todas as consequências negativas que isso acarreta, "designadamente a dificuldade de articulação vertical com o programa de Geografia do 7º ano".

Relativamente ao 3º ciclo, a equipa de programas, tendo de contornar o problema sério da existência do já tão falado hiato do 8º ano, com o qual não podemos de forma alguma concordar, optou por procurar "transmitir a sensação de uma viagem" pela Europa (7º ano) e pelo Mundo (9º ano), concepção que nos parece correcta, dentro do condicionalismo referido.

Quanto ao programa do 7º ano consideramos, em primeiro lugar, haver um certo desajustamento entre o título e os conteúdos porque "Nós" (Portugal) não é devidamente considerado, aspecto tanto mais grave quanto o quadro de referências espaciais do território português construído no 2º ciclo pode ser bastante deficiente. Daí ter-se levantado, no decorrer da reunião, a questão de saber "qual será a imagem mental que os alunos terão de Portugal ao concluírem o 3º ciclo?".

A adequação do programa ao nível etário dos alunos levantou também algumas questões, designadamente no que respeita à necessidade de uma mudança frequente de escala de análise na abordagem dos diferentes temas.

O programa do 9º ano talvez coloque, globalmente, menos discussão considerando-se fundamental para a abordagem de muitos dos temas que a componente física não seja esquecida.

Quanto ao ensino secundário não nos parece que a Geografia esteja devidamente considerada no plano curricular; por exemplo, ela deveria estar presente nos cenários 1, 2 e 5.

Apesar de não nos ter sido possível fazer uma análise aprofundada dos programas do 10º e 11º anos, uma visão rápida permitiu-nos concluir haver uma distribuição desequilibrada dos tempos lectivos pelos diversos temas. Consideramos, por exemplo, que ao ponto 4 do referido programa deveria ser atribuído um maior número de tempos lectivos o que permitiria retomar e aprofundar temas dos programas anteriores, agora com alunos de nível etário mais elevado.

Chamamos também a atenção para a ambiguidade da situação da disciplina do 12º ano "Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social". É urgente que os professores de Geografia tomem conhecimento do projecto de programa dessa disciplina.

Globalmente considerados, os objectivos programáticos e as metodologias sugeridas estão de acordo, por um lado, com as grandes finalidades da Lei de Bases do Sistema Educativo e, por outro, com as modernas correntes pedagógico-didácticas. O problema é:

- articular objectivos/sugestões metodológicas com programas extensos e descritivos, como foi sugerido no decorrer da reunião;
- saber se há condições para pôr em prática os novos programas com sucesso.

2. Os aspectos que a seguir irão ser apresentados são o resultado das reflexões feitas na reunião do passado dia 17 de Julho e da troca de impressões com uma colega que vai leccionar o novo programa do 10º ano e nos deu conta de algumas das suas preocupações.

É indispensável que nas acções de formação em diferido dos professores que vão leccionar o 5º ano, estejam presentes professores de Geografia. Nas escolas C+S deverão ser os próprios Conselhos Directivos a promover essa interacção (professores de Geografia e História). Só assim será possível ser tratada convenientemente a componente geográfica.

- b) Num futuro próximo os programas do 5º e 6º anos devem poder ser dados por professores de Geografia e História em condições de igualdade; para isso é necessária desde já uma formação adequada, a nível universitário. A reformulação dos currícula universitários é urgente e deve ser adaptada às exigências do mercado de trabalho.
- c) As acções de formação, para todos os níveis, deverão ser extensivas, para além dos professores que vão dar os novos programas, aos orientadores de estágio do ramo educacional e a representantes dos professores das didácticas específicas. É indispensável que os professores estagiários sejam orientados dentro da nova linha metodológica.
- d) É indispensável que nas E.S.E. haja professores de Geografia na formação inicial, pois não se compreende a inexistência de uma disciplina que contemple a componente geográfica que, aliás, está representada nos programas do 1º ciclo.
- e) Dadas as características metodológicas dos novos programas, para além da formação dos professores, deverá exigir-se a criação de centros de recursos materiais que respondam prontamente às necessidades das escolas.
- f) Deverá o Ministério da Educação promover acções de sensibilização por exemplo através dos mass media da população em geral e em especial das associações de pais e encarregados de educação, autarquias, comunidades, etc., no sentido de os tornar receptivos às novas metodologias. A experiência tem-nos mostrado que alguns pais e encarregados de educação são pouco receptivos a metodologias novas.
- g) O Ministério da Educação deveria divulgar com bastante antecedência quais as Escolas onde os novos programas irão funcionar em 1981/82.